

Visões Políticas das Crises

Mesa Redonda com professores de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Promovida pelo Centro de Humanidades da UFC em 28 de março de 2016.

Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC);

Professor Dr. Valmir Lopes de Lima(UFC);

Professor Dr. Josênio Parente Camelo (UECE).

Mediadora: Professora Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (UFC).

Abertura

Danyelle Nilin Gonçalves

A ideia desta Mesa Redonda foi entender um pouco – se é que é possível – este momento que estamos vivendo. É obrigação profissional do cientista social tentar entender e explicar minimamente o que acontece. A gente sabe que está – sempre está – no calor do momento, mas é necessário que todos alunos, todos professores, enfim, a sociedade brasileira, queiram entender este processo que vem acontecendo, principalmente, desde 2015, e está aí, nas manchetes de jornais a todo momento. Nunca se falou tanto em política, este é um lado muito positivo.

Agora, nos restaurantes, nos corredores da faculdade, nos ambientes de trabalho, as pessoas estão falando alguma coisa sobre a política, emitindo alguma opinião sobre o momento político. Esse é um lado bom, mas também tem alguns lados problemáticos que iremos tentar discutir nesta mesa. É uma ideia do Centro de Humanidades que possamos ter esses momentos de modo periódico. Ter momentos em que os cursos de Graduação e os especialistas possam explicar, apresentar seus trabalhos, suas reflexões sobre a conjuntura de temas específicos.

O Ajuste Brasileiro e Três Eixos Estruturais

Alba Pinho

Inicialmente, eu quero dizer da minha satisfação de estar aqui nesta mesa, neste debate, em que vamos ter a oportunidade de observar visões distintas e plurais sobre a crise que estamos a viver neste país. E acho uma bela iniciativa do Centro de Humanidades. Acho que a Universidade, neste momento, precisa urgentemente estar presente numa reflexão crítica, e vejo que não há momento melhor para este debate de "Visões Políticas da Crise". Também quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de partilhar com companheiros, com professores, com alunos e pesquisadores.

"Visões Políticas da Crise". A temática nos interpela à leitura crítica das crises: a crise política, a crise econômica, a crise institucional – que marcam a vida brasileira nos últimos 15 meses. Se pensarmos bem, todo o ano de 2015, o primeiro trimestre de 2016, acirrando-se brutalmente em fevereiro e março de 2016, compõem um período em que o país vive tempos decisivos, cujas escolhas que vamos fazer – nós estamos a fazer nestes tempos – condicionarão o rumo do Brasil por

anos, ou mesmo décadas. Em verdade, costumo dizer que estamos diante de um jogo de xadrez da crise brasileira: um jogo complexo, enigmático, difícil, a exigir lucidez e a exigir o exercício da crítica, colocando um desafio analítico, urgente e inadiável para as Ciências Sociais. Eu comungo com Marilena Chauí – que tenho lido muito, ultimamente, inclusive uma entrevista que ela concedeu à *Revista Cult*, em fevereiro de 2016 – que hoje, no Brasil, nós padecemos da ausência de pensamento crítico sobre a crise e os rumos do país. E essa ausência tanto se identifica no campo da direita como no campo da esquerda. Precisamos de pensamento crítico, pois há uma ausência.

No meu entendimento, pensar criticamente a crise brasileira exige considerar três eixos chaves, que nos levam a reflexões estruturais, mas que abrem vias fecundas, investigativas, de debate, para o desvendamento histórico, conjuntural e decisivo. Primeiro eixo: Os rumos da economia e da política no Brasil contemporâneo, nos últimos 25 anos, nos percursos da experiência de ajuste do país ao capitalismo financeirizado, considerando o que se pode denominar de “os diferentes ciclos do ajuste brasileiro” – tema que tenho investigado bastante –, de 1990 a 2016; desde o Governo Collor, passando pelo Governo FHC e culminando nos governos petistas. Então, o primeiro eixo, ao meu ver, é termos presente, para poder entender essa crise, os rumos da economia e da política que foram assumidos pelo Brasil nesses últimos 25 anos. O segundo eixo é importantíssimo: é impossível entender a crise sem considerar as configurações geopolíticas mundiais do século XXI, no contexto da crise do capital, com destaque à posição da China em relação à América Latina e, particularmente, no tocante ao Brasil. Também é considerável, na segunda década do século XXI, a tendência assustadora de fortalecimento e expressão das forças conservadoras e de direita

na América Latina, vinculado aos interesses do grande capital e alinhadas aos Estados Unidos. Na primeira década do século XXI, tivemos aquilo que chamamos de “virada à esquerda”, com governos progressistas, respaldados em movimentos sociais. E hoje, na segunda década do século XXI, nós estamos tendo essa guinada de tendência assustadora, de fortalecimento e expressão das forças conservadoras. E isso é um fator a considerar, quando pensamos criticamente a crise brasileira. Por fim, o terceiro eixo seria compreender, ter clareza, da natureza e da gravidade dos processos políticos que atentam contra a democracia no Brasil; com a avaliação do que está em jogo, para além da espetacularização da crise. Intelectuais e artistas do recentemente criado Fórum 21 – como Luiz Gonzaga Belluzo, Maria Victoria Benevides, Fábio Konder Comparato, Leda Maria Paulani, André Singer, Rosa Maria Marques, Fernando Morais – sustentam que a democracia está por um fio, conclamando a organização e a resistência nas ruas. Boaventura de Sousa Santos – que ao meu ver é um intelectual do mundo e profundamente vinculado às questões da América Latina e do Brasil – em um recente artigo analisa que a democracia no Brasil está à beira do caos e alerta, inclusive, para os perigos do que chama “a desordem jurídica”, produzida no atual cenário pelo sistema judicial brasileiro que tem, justamente, a seu cargo, a defesa e a garantia da ordem jurídica.

Esses três eixos – à saber, 1) os rumos da economia e da política no Brasil contemporâneo; 2) as configurações geopolíticas mundiais no século XXI; e 3) a natureza e a gravidade dos processos políticos que atentam contra a democracia no Brasil – constituem uma agenda de análise a aprofundar que, nesta mesa de debates, pelo tempo das intervenções, não é possível fazer uma apreciação detalhada. Assim, na busca de circunscrever a visão da crise que compartilho com analistas e militantes no campo das esquerdas,

vou limitar-me a pontuações no âmbito desses três eixos, buscando provocar o debate aqui e em outros espaços. Senão vejamos: começemos pensando economia e política no Brasil contemporâneo, pelo próprio modelo de ajuste brasileiro que foi construído ao longo dos últimos 25 anos e que está a revelar o seu esgotamento como uma dimensão fundante da crise em meio a um contexto de política de austeridade que o sistema do capital impõe ao mundo inteiro. Esse modelo de ajuste brasileiro está se esgotando como única via para a crise.

Mas qual é esse modelo de ajuste brasileiro que está a esgotar-se? É esta a primeira questão. De fato, o ajuste brasileiro assume um modelo rentista-extrativista, ou seja, o país constitui-se uma plataforma de acumulação financeira, garantindo ganhos inigualáveis, mediante elevação das taxas de juros; e ao mesmo tempo, se submete à expropriação das riquezas minerais e agrícolas no circuito do extrativismo intensivo. Daí configurar esse modelo como rentista-extrativista. É um modelo que reforça a dependência estrutural brasileira, configurando uma dependência redobrada, no dizer de Leda Paulani. De fato, a crise do capital que se manifesta em 2008/2009 nos Estados Unidos e na Europa não chega de imediato ao Brasil, e um dos elementos estratégicos que amortecem os impactos da crise entre nós, na primeira década do século XXI, são as relações comerciais com a China, dentro desse modelo rentista-extrativista. O país exporta *commodities* e compra produtos industrializados chineses. Desse modo, o país avança na reprimarização da sua pauta de exportações a depender dos fluxos, inclusive, de expansão da economia chinesa. Em um contexto internacional favorável, sobretudo no cenário pós-crise 2008 – precisamente nos governos Lula – o Brasil, dentro do padrão de ajuste vigente, consegue desenvolver *commodities*, plataforma de apuração financeira, dentro de um contexto favorável. O Brasil consegue desenvolver o então denominado

"modelo brasileiro com inclusão", com alterações, inclusive, no perfil distributivo no país, mediante as políticas de enfrentamento à pobreza, desde a elevação do salário mínimo, FIES, Bolsa Família... Efetivam-se processos seletivos de inclusão parcial das massas, com acesso a níveis básicos de consumo, o que desagrade profundamente as elites e isso hoje vem à tona. A rigor, o crescimento brasileiro, esse crescimento que se propagou e se propaga, está ancorado no consumo do mercado interno e alavancado no extrativismo, em um arranjo arriscado e essencialmente instável.

O primeiro governo Dilma Rousseff tenta efetivar inflexões desse modelo, a desenvolver um híbrido arranjo de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo, ousando empreender por curto tempo uma guinada progressista na política econômica: a questão dos bancos, da baixa da taxa SELIC.... Esse primeiro governo Dilma, dentro desse híbrido de política de arranjo e neodesenvolvimentismo, ousa empreender por curto tempo uma guinada progressista na política econômica, que faz a presidenta ser odiada pelo mercado financeiro. De fato, foram tomadas medidas que contrariavam interesses diretos, imediatos, do capital financeiro. Não interesses fundamentais – porque nós continuávamos com o modelo de ajuste rentista-extrativista – mas contrariava interesses imediatos do capital financeiro. Desde a segunda década do século XXI, o contexto geopolítico vem mudando. A economia chinesa sofre desaceleração e começa a trilhar os caminhos de sua primeira crise capitalista macroeconômica. A crise do capital também é chinesa. E isso vai efetivar alterações geopolíticas com repercussões diretas no modelo de ajuste brasileiro que está baseado no extrativismo intensivo como alternativa de inserção, dependendo do capitalismo globalizado. Com o esgotamento do padrão rentista-extrativista de ajuste à crise do capital, essa crise chega à América Latina e chega ao

Brasil, contribuindo para desestruturar esse modelo de crescimento com inclusão. Encerra-se, de fato, um ciclo de crescimento. Assim, em um contexto externo desfavorável, os impasses e dilemas do modelo brasileiro persistem e agravam-se, fazendo emergir a crise.

As eleições presidenciais de 2014 evidenciam uma polarização da sociedade. As oposições não acatam a derrota e continuam a disputa. De fato, 2014 não terminou. Ele continua em 2015, 2016... E já estamos antecipando 2018. A crise brasileira explode em 2015 com sensíveis expressões na vida da população: estagnação do crescimento, inflação, desemprego... A grande mídia continua a desenvolver o que Leda Paulani denominou de "terrorismo midiático", construindo uma cultura de crise, com a difusão reiterada de que o país está em caos, satanizando o governo e o PT. A crise econômica, de fato, é um chão muito favorável para a disseminação do conservadorismo – que é marca da sociedade brasileira. A expectativa de setores progressistas que apoiaram a eleição de Dilma Rousseff é que houvesse um enfrentamento da crise à esquerda – inclusive eu li vários artigos à época. Leda Paulani, Marilena Chauí, tantos outros intelectuais, professores, artistas, assinaram apoio à candidatura de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Havia uma expectativa de setores progressistas, que apoiaram a sua eleição, de que houvesse um enfrentamento da crise à esquerda.

Em verdade, Dilma Rousseff inicia o seu segundo governo com o que, à época, foi denominado de "ajuste à direita". Significando o quê esse "ajusta à direita"? A ortodoxia das políticas de ajustes. Nós das Ciências Sociais da UFC, inclusive, fizemos duas mesas redondas sobre o tema à época. A gente discutiu profundamente essa questão em 2015. Esse "ajuste à direita" significando a ortodoxia das políticas de ajuste. Prioriza-se a rentabilidade financeira, o ajuste a qualquer custo. Acontece que se vivencia uma crise de hegemonia no cenário

nacional. O quê acontece? Os movimentos sociais, os setores da esquerda, não se expressam publicamente, de modo contundente, quanto aos rumos assumidos pelo segundo governo Dilma Rousseff. As forças progressistas não conseguem barrar o ajuste à direita. E, nesse contexto de crise, vai se consolidando a articulação das elites brasileiras, alicerçadas na grande mídia que vai atuando para gerar instabilidade política com incessante trabalho para derrubar o governo Dilma. O sistema financeiro, as grandes corporações, o empresariado, não querem mais nem o PT nem Dilma no governo. Essa oposição explícita, difundida na mídia amplamente, envolve também afastar por todos os meios a possibilidade da candidatura de Lula em 2018. É uma onda conservadora que quer, a todo custo, forjar a ideia de que todas as aflições que o país vive nos percursos da crise serão resolvidas com a saída da presidenta Dilma por quaisquer meios, criando-se, inclusive, uma situação de impeachment sem base legal, em um movimento que começou logo depois de sua tomada de posse. Por isso que a gente diz "2014 não terminou. Ele continua em 2015, em 2016, e já antecipamos 2018". Em verdade, as elites econômicas e as forças políticas a elas vinculadas que não se conformaram com a perda das eleições em 2014, em um contexto global de crise do capital, sentiram-se fortemente ameaçadas por mais 4 anos sem controlar diretamente a parte dos recursos do país vinculada ao Estado. O que está em disputa é o controle da política econômica. Numa variação das relações de força, três grandes fatores jogam a favor da articulação orgânica das elites vinculadas ao capital. Quais seriam esses três fatores que jogam a favor da articulação orgânica das elites vinculadas ao capital, do bloco conservador?

Primeiro fator: a dramática descaracterização do PT como partido democrático de esquerda. O PT, uma vez no poder, desconsiderou a lição histórica de que o capital só confia nos seus para governar e que nunca é grato nem reconhecido a

quem, não sendo o seu, lhe faz concessões e favores. O PT, assumindo o poder, desconheceu essa lição histórica. Segundo elemento que joga a favor do bloco conservador: a própria crise econômica e o férreo controle que sobre ela tem o capital financeiro. A hipertrofia dos mercados financeiros não permite o crescimento econômico. Não podemos querer crescimento econômico porque a própria crise, a hipertrofia do mercado, não permite crescimento econômico e exige políticas de alteridade a penalizar a população. Então, esse é um segundo elemento que joga a favor do bloco conservador. E, finalmente, um terceiro elemento que a gente não pode esquecer – eu disse que temos que considerar profundamente as configurações geopolíticas – é o fato do imperialismo norte-americano estar de volta à América Latina com o avanço das forças conservadoras a substituir modelos progressistas. É emblemático o caso da Argentina.

No cenário da crise, abre-se na vida brasileira uma verdadeira cruzada moral contra a corrupção, desvirtuando, politizando e espetacularizando a Operação Lava-Jato, transformada no centro da vida política brasileira. As denúncias de corrupção são eminentemente seletivas, pois ignoram o político de partido da oposição, esmerando-se na implicação de líderes do PT. A partidarização de segmento do judiciário é explícita, reiterada, ferindo princípios republicanos previstos na Constituição de 1988. De fato, o sistema judicial, como alerta Boaventura de Sousa Santos, transforma-se num perigoso fator de desordem jurídica, e política também. Senão vejamos: medidas judiciais flagrantemente ilegais e inconstitucionais. A seletividade grosseira do zelo perceptório. A promiscuidade aberrante com a mídia a serviço das elites conservadoras. O hiperativismo judicial, aparentemente anárquico, traduzido, por exemplo, em 27 liminares, visando o mesmo ato político. A Operação Lava-Jato número 24 explicitou claramente tudo isso. Tal quadro conforma uma situação de caos judicial que acentua

a insegurança jurídica, aprofunda a polarização social-política e põe a própria democracia à beira do caos. Em verdade, uma articulação orgânica dos setores dominantes, com atuação decisiva da grande mídia, orquestra um abominável desenho estratégico em várias frentes que ameaça a democracia, os direitos e as liberdades, duramente conquistados na vida brasileira.

À semelhança de outras situações históricas que redundaram na emergência de uma solução fascista – se pensarmos na Alemanha, em outros momentos da vida mundial e o próprio Brasil na Ditadura Militar –, busca-se, atualmente, um culpado, aponta-se um responsável, mobiliza as massas para execrá-lo, ativando ódio e preconceitos. Hoje, na crise brasileira, o bode expiatório se chama Dilma, Lula, PT ou mesmo as esquerdas. Assim, vemos crescer a cada dia o ódio social, com expressões de intolerância fascista, sempre incitado e alimentado pela grande mídia que explicitamente manipula informações na difusão de um pensamento único. Assistimos e temos vários exemplos de reiteradas investidas de verdadeiras milícias raivosas a atentar contra direitos civis e contra direitos políticos – atentado às casas de políticos profissionais e coisas do gênero. O autoritarismo e as múltiplas formas de violência da sociedade brasileira expressam-se sem reservas e isso é muito perigoso e muito sério. Analistas preconizam a atualidade de Hannah Arendt na análise dos processos sociais descritos em *As origens do totalitarismo*. É esse, inclusive, o título da matéria da *Revista Carta Capital*, que sugiro leitura, em sua edição especial da crise, que já está nas bancas: é datada de 30 de março de 2016, inclusive tem uma das matérias com o título “A atualidade de Hannah Arendt” em que analisa vários elementos sobre essa questão do golpe e tudo mais. Nesse contexto, acirra-se a crise política; e a disputa das forças sociais está literalmente nas ruas. Está em curso um golpe contra a democracia brasileira. É

fundamental compreender, então, a natureza deste golpe. Não é um golpe com canhões. Cogita-se um novo modelo inédito de golpe de Estado: um golpe jurídico-policial-midiático. Eu acho importante discutirmos a natureza desse golpe de Estado. A parcialidade repugnante da grande mídia, consignada de forma emblemática na Rede Globo, e os métodos arbitrários do ativismo judicial a comprometer o princípio democrático, atingiram um ponto de saturação catalisando a indignação cívica de juristas, de intelectuais, de artistas, e impulsionando segmentos da classe média democrática – que estava no sofá vivendo suas desilusões – a irem para o embate na luta contra o golpe, na defesa da democracia. Atos pela legalidade democrática eclodem em diferentes espaços e se espalham pelo Brasil afora. Líderes mundiais, presidentes progressistas da América Latina e parte da mídia internacional denunciam o golpe jurídico-midiático em curso. O embate está nas ruas e o peso das manifestações pela democracia também se faz sentir. Um exemplo cabal: o 18 de março e a preparação do 31 de março. Segmentos do próprio judiciário, a exemplo do ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal), reagem no sentido de barrar o ativismo judicial arbitrário e espetacularizado a comprometer princípios democráticos. De fato, uma tarefa urgente é a de salvar o judiciário brasileiro do abismo que está a entrar. O momento histórico é decisivo a exigir a ação política urgente, inadiável, na defesa da democracia brasileira. O momento, a meu ver, é de organizar e fazer valer a resistência.

A Necessidade de um Pacto Civilizatório

Josênio Parente

Eu gostei muito da apresentação da Alba, que fez uma análise mais global do processo, não só local, mas internacional. Vou

me ater a um problema desses que ela citou, que é o problema político. Possivelmente, o problema econômico tem a ver com a crise política. E dentro da crise, vou focar a questão da representação, que considero um ponto nevrálgico que não é interesse dos deputados – quem quer perder a mordomia de ser financiado etc.? – porque mudar esse modelo é algo que, de certa forma, vai mudar também o quadro. Então, iniciaria mostrando um pouco da democracia e da democracia brasileira. A democracia, para não ser muito longo, gostaria de dizer que é um sistema político que só existe numa sociedade competitiva, sobretudo de mercado, em potencial estado de guerra civil. Porque, na realidade, o mercado quebra a vida comunitária. Sei que existe aqui na UFC um grupo que estuda as mulheres. Na semana passada, participei de uma banca de Mestrado de uma delegada de mulheres que, entre muitas coisas, falou algo que mostra como o mercado quebra, inclusive, a vida familiar. Ela disse que – nas pesquisas que fez – a violência contra a mulher é maior quando a mulher ganha dinheiro e o homem também. Quer dizer, na realidade, quando não existia sociedade de mercado, a vida era comunitária, a mulher era submissa, não se rebelava. A vida comunitária se realiza dessa forma tradicional. Então, primeiramente, a mulher ganha com a democracia, mas culturalmente é um baque. É um choque à vida comunitária típica do brasileiro. Porque a democracia só existe nesse potencial de cidadão, pessoas ligadas ao consumo, que têm interesses divergentes e que, na realidade, precisam de uma ética; porque a ética religiosa – tanto a cristã, a muçulmana ou a judia – não mais correspondem a essa expectativa, pois na sociedade de mercado se perde o temor de deus, que era a força que garantia o seguimento das leis, não é? Então, na democracia, você precisa criar um novo soberano que rege; e este soberano precisa ter as suas leis também. Logicamente, superando o povo. Quer dizer, o povo se expressa, como diz Rousseau, pela vontade geral, e essa vontade geral passa a ser a orientação ética

que precisam ter esses poderes para criar essas condições. Então, a divisão de poderes entre legislativo, executivo e judiciário é um processo lento dentro da democracia; e recente até. O judiciário começa, sobretudo, a partir da importância daquela revolução conservadora, o federalismo. O Boaventura de Sousa Santos – que tem um artigo que senti a influencia na apresentação da Alba, inclusive naquela crítica ao PT que é dele também – fala que o judiciário é uma coisa recente, do século XX. Quer dizer, a força que o judiciário tem é a partir da ONU (Organização das Nações Unidas). Então, é um processo em expansão e o Brasil também é um processo novo. Se a gente lê o Oliveira Viana, que morreu em 1951, naquele livro *Instituições Políticas Brasileiras*, diz claramente que o Brasil não precisa de legislativo, de executivo ou judiciário. Por que que diz isso? Porque a grande maioria da população brasileira é de vida comunitária; e a vida comunitária não precisa da ética liberal democrática. Então, nesse sentido, o nosso Hobbes – o Oliveira Viana – propunha uma ditadura preocupada em criar consumidores, porque é só no consumo que vai se criar uma sociedade “interesseira” em que o critério de estratificação social não é mais a honra, não é mais a família: passa a ser a posse de bens. Então, se introduz o valor da igualdade e da liberdade, que são valores da sociedade burguesa.

Essa introdução rápida foi para dizer que a nossa democracia é muito recente, e a Alba destacou muito bem, nós temos 25, 30 anos de democracia, eu diria. Uma geração. Essa geração que está nas cadeiras do curso de Ciências Sociais é que não percebeu o Brasil de antes. A democracia brasileira começa a se consolidar quando são introduzidos os elementos do mercado, que é a competição. A introdução da competição inicia exatamente com os governos que são eleitos pelo povo pós-redemocratização. Começa com Collor, que introduziu a competição no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro ao abrir

as importações. Ele pagou um preço: o impeachment do Collor dá a impressão para as elites que é fácil dar o impeachment no presidencialismo e, no nosso caso, um presidencialismo de coalizão. Não é fácil, porque a primeira tentativa de impeachment foi com Getúlio Vargas, quando ele criou os atores da sociedade moderna: a burguesia nacional e todo um processo de consumo, embora ainda muito de leve. Mas é aí que se criou a oposição do sistema financeiro que está representado na UDN (União Democrática Nacional), com os donos de banco etc. Por isso, tentaram dar um impeachment, mas não deu certo. Vargas se suicidou para tentar dar um golpe nas pessoas. Foi "uma mão pelo Brasil". Isso adiou 1964 por 10 anos: uma década.

Então, quer dizer, tentaram dar ao Collor uma impressão de que nós temos facilidade de dar o impeachment no presidencialismo. Por quê? Por que quem apoiou Collor? A mídia e sobretudo o setor empresarial. Mas esse setor empresarial rompeu exatamente quando Collor quebrou esse "Bolsa Família" que o Getúlio deu para criar o ator moderno, a nossa burguesia, que é a reserva de mercado, chamado nacional-desenvolvimentismo. E esse ator exatamente sentiu quebrar, digamos assim, aquilo que lhe dava mais lucro fácil. O empresário teve que melhorar os produtos por causa das importações. De modo geral, o produto brasileiro era muito ruim: você comprava uma televisão, naquela época, ligava o aparelho e ficava com o botão na mão. Quer dizer, era preciso trocar, fazer manutenção. O Collor disse que nossos carros eram carroças, os humoristas diziam que nossos computadores não tinham memória: tinham vaga lembrança. Tudo isso é fruto da ausência de competição, um elemento dinâmico do mercado e que melhora a mercadoria – e às vezes até baixa o preço também –, mas introduz um jogo de quebra das relações comunitárias, produz o egoísmo. Se um tem maior inclusão social, o outro vai

ser mais concentrado, e cada vez mais você vai percebendo a sociedade dividida, mas civilizadamente. Forma-se o pacto civilizatório, que seriam as leis e o respeito às leis. Porque, na realidade, no fundo, a tendência de cada setor em conflito é passar por cima e medir força. A radicalização do sistema é um fato.

A tentativa de tirar o Lula do poder já vem de longe: com um ano e meio de eleição, já se quis quebrar o governo, quando o vinculou no mesmo esquema de Collor: a corrupção, por meio do que foi o Mensalão. Mas não pegou o Lula, pelo contrário: pegou o anti-Lula dentro do PT. O que é que chamo de anti-Lula? É o PT paulista, aquele PT que ia discutir quem é que ia ser o presidente depois do Lula etc. Esse pessoal que foi pego no Mensalão deixou o Lula acima do PT, aumentando os partidos da base aliada. Quer dizer, dentro de um esquema criativo, você tem também esse esquema do PT que a Operação Lava-Jato quis apresentar.

Mas esse é o esquema do nosso modelo de presidencialismo de coalizão. Não conseguiram tirar Lula, Fernando Henrique, Itamar Franco. Com Dilma foi uma exceção. E o Collor foi outra exceção, porque não teve apoio nenhum. A Dilma está tendo apoio. A primeira briga é no Congresso, por exemplo, com os deputados. Então, quer dizer, não é saber se a pedalada fiscal é legal ou ilegal: é o número de votos, é um jogo jurídico. Agora, a Alba lembrou de um artigo do Boaventura, eu acho que vale à pena ler um parágrafo. Ele diz assim:

Contando com a cultura Jurídica conservadora dominante nos sistemas judiciais, nas faculdades de Direito e no país em geral e com uma arma mediática de alta potência e precisão, o bloco conservador tudo fez para desvirtuar a Operação Lava-Jato [que, na verdade, foi uma operação muito importante para saber que quem não cumpre a lei da vontade geral deve ser punido com a lei] desvirtuando a Operação Lava-Jato dos seus objetivos judiciais em si mesmos fundamentais para o aprofundamento democrático e convertendo numa operação de extermínio político.

Isso é o que está atrapalhando um pouco a Lava Jato, deixando de ser uma operação que vai garantir justiça, em nome da ética, que era a esperança, para ser apenas de um partido ou para uma pessoa, às vezes.

O desvirtuamento consistiu em manter a fachada institucional da Operação Lava Jato, mas alterando profundamente a estrutura funcional que a animava por via da sobreposição da lógica política à lógica judicial. Enquanto a lógica judicial se apresenta na coerência entre meios e fins ditada pelas regras processuais e as garantias constitucionais; a lógica política, quando animada pela pulsão antidemocrática, subordina os fins aos meios, e é pelo grau dessa subordinação que define a sua eficácia.

O grupo do Lula diz que a saída é uma eleição. É do que estamos diante. Muito claramente foi dada a pergunta. A Odebrecht pode ter jogado no ventilador um modelo que temos, o judiciário, o Ministério Público, os políticos, 26 partidos – todos recebendo financiamento ilegal, propinas. Então, quem é que escapa? Tem um argumento antropológico: quando a coisa é comum, é normal, não é mais crime. O jurídico vê pelo lado da lei: se é lei, então, vamos punir todo mundo. É uma questão realmente complicada: entra o argumento antropológico, entra o argumento político. Vai haver um acordo? Que tipo de acordo? Vamos, de agora em diante, assumir que estamos num país moderno, que precisamos garantir que a nossa representação política de fato represente a sociedade civil; e não represente 500 empresários para criar deputados que não têm compromisso com nada. Então, a sociedade civil pode fazer o que quiser, pode votar nisso, naquilo... É por isso que, na realidade, nossa reforma política teve dois pontos que são importantes, e agora um terceiro recente. O primeiro ponto foi a responsabilidade fiscal, exatamente para acabar com o patrimonialismo, que é um

traço tradicional. Weber já mostrou que isso era comum na Alemanha tradicional etc. Outro foi exatamente uma interpretação do judiciário dentro da Constituinte dizendo que o dono do mandato é o partido. Isso já foi uma coisa importante, mas, de repente, se viu que, passado um mês, pode mudar o que quiser. E aí vem a proibição do financiamento privado. Esses três pontos já são reformas muito significativas. Mas, de qualquer maneira, a nossa tradição de financiamento privado está em céu aberto, a população está vendo a estrutura e não a aparência, os políticos falando da aparência... Aqueles políticos que falavam em ética, em combate à corrupção, de repente estão lá na lista dos que receberam propina, também.

Temos que resolver esse dilema para resolver o problema da economia. Aquela crise que a Alba comentou que passou o ano de 2014, 2015 e chega em 2016, deve continuar em 2017. Então, o impeachment no modelo do presidencialismo... O Collor, não é um exemplo, o Collor é uma exceção que confirma a regra. É exatamente esse dilema que temos que ver como é que resolve: como é que se pega uma sociedade radicalizada e cria um pacto civilizatório?

Uma Revolução Puritana

Valmir Lopes

É bom termos este debate. No ano passado, fizemos dois debates nas Ciências Sociais, como a Alba mencionou, e vou lembrar, rapidamente, o que ocorreu. O primeiro debate ocorreu exatamente em agosto [de 2015], no auge do que imaginávamos ser o auge da crise – nem sequer imaginaríamos que o auge da crise estaria bem distante. E terminamos aquele debate fazendo um balanço do que se tinha como alternativa. Havia certo consenso – estou fazendo um resumo, obviamente, um pouco traíndo algumas opiniões de colegas que aqui estiveram – que o

governo da Dilma tinha se esgotado. Essa é uma constatação. Ressaltou-se muito o estelionato eleitoral, que teria provocado o desgaste enorme na base de sustentação do governo. As opções, mesmo realizadas pela própria presidente no seu segundo mandato, em vez de ter realizado o programa que foi vencedor nas urnas, realizam outro programa, um programa da oposição. Isso complica, obviamente, sua base de sustentação. É uma situação muito complicada para o governo: vinha perdendo a base de sustentação, e na época, esta era a minha fala final: tínhamos três alternativas. Lembrei, então, o que Fernando Henrique Cardoso tinha escrito havia pouco tempo e colocava, me parece, de forma bastante lúcida, as três alternativas que estavam à disposição para a saída da crise naquele momento – que não era nem de perto o que estamos vivendo neste momento, mas apenas indícios do que poderíamos vivenciar hoje. As alternativas estavam postas: temos o recurso do impeachment, pelo presidencialismo. Este é um recurso propriamente constitucional, uma alternativa para desbloquear o sistema. Tem que ter governo. Na impossibilidade de se ter governo, tem o recurso constitucional do impeachment. Havia outro recurso que era aquele sendo tentado no Supremo Tribunal Federal: a cassação da chapa Dilma-Michel Temer. E havia a terceira alternativa, que ficamos esperando, que é de a presidente conseguir juntar seus aliados e apresentar de forma muito clara, muito precisa, um programa para atravessar o momento de dificuldade. Era essencial, nesse caso, fazer a autocrítica do governo que tinha desenvolvido anteriormente, reconhecer que teve erro na gestão do PT. Sabemos em alguns momentos fazer a autocrítica, mas como sempre os petistas são muito curiosos quando a fazem: parecem reconhecer, mas você nota que, no fundo, não estão reconhecendo. Mas ainda havia, digamos assim, capital político para atravessar aquele período. Veio um período de mais tranquilidade. A convenção do PMBD, que estava sendo marcada para novembro. Todos imaginávamos

que uma retomada do projeto de construção ocorreria pós-convenção do PMDB. O que foi que ocorreu? Não houve, foi adiado.

Na realização de nosso segundo debate, com os professores Jawdat Abu-El-Haj, Estevão Arcanjo e eu mesmo, nos centramos mais, basicamente, na crise de hegemonia. Na verdade, estamos vendo o nascimento de algo que ainda não se configura; e algo antigo que está morrendo. Então, não há força ainda ou capacidade para dirigir esse conflito que estamos vivendo. O professor Jawdat defendeu a tese de que existe, na verdade, uma crise do presidencialismo de coalizão.

No mesmo instante, me posicionei. Acho que a nossa crise não é de inviabilização do presidencialismo de coalizão. Isso tenho como sendo um equívoco. Não há também uma crise de hegemonia – me perdoem aqueles que são meus alunos e que já me ouviram falar da escolha racional, do individualismo, da teoria da ação. Acho que essas categorias são puramente verbais: não conseguem expressar puramente o que estamos passando. Estamos passando, muito provavelmente, por uma enorme transformação. Eu seria audacioso ao ponto de dizer que estamos passando por uma revolução: uma revolução de puritanos. Qual é o problema? O problema é que é uma novidade. É uma enorme novidade o que estamos assistindo. A Alba retorna a 2014. Eu tomo como base 2013. É lá que está o ponto: 2013 não acabou. 2013 trouxe para a cena política brasileira e para a estabilização do sistema político forças que até então estavam fora do sistema. Vieram para a rua e não voltaram e isso desestabilizou por completo o sistema político.

Lembremos que parte do sistema político brasileiro contempla a inexistência de partidos: os partidos no Brasil são partidos cartoriais, têm realidade apenas legalmente. Uma das grandes funções dos partidos é organizar a opinião pública. Quem é que organiza opinião pública hoje no Brasil? A grande

mídia. Acusar a rede Globo de ser parte, de ser partidária, não tem o menor sentido, é chover no molhado. É isso mesmo. O sistema político brasileiro vem hoje muito provavelmente sendo ocupado por um partido político que é a mídia. Não estou falando de um veículo só. Acho que nunca tivemos, na história política brasileira, a totalidade dos meios de comunicação contrária ao governo. Nós temos, neste momento, uma rebelião dos segmentos de classe média: parte da sociedade civil se rebela contra o governo. É chato, é muito triste, quando estamos do lado do governo. É muito triste, eu entendo. Mas a notícia é essa, é a rebelião de elementos da sociedade civil contra o seu governo. Criminalizar a mídia não ajuda a entender nada do que está se passando. O que está se passando é uma revolução puritana em que se teve um ativismo judiciário começado lá atrás. No início dos anos 2000, quando fiz minha tese de doutorado analisando a Câmara de Vereadores e trajetórias de políticas municipais, não assisti a nenhuma decisão realizada em plenário da Câmara Municipal de Fortaleza – que foi meu objeto de estudo – em que as forças de oposição perdessem e reconhecessem que tinham perdido. Ou seja, todos os recursos legais tinham sido esgotados nos seus atores autorizados. A sessão era de manhã; sabe para onde a oposição – formada então por PT, PCdoB e PSB – ia à tarde? Para o Ministério Público! Após todas as decisões que se tinham no Plenário, à tarde já se sabia qual era o roteiro: o Ministério Público, ou seja, o ativismo no judiciário, Alba. Ele foi iniciado lá atrás e nós somos vítimas dele exatamente agora. Eis aí um problema. Os elementos que temos neste momento são os que foram criados lá atrás; e falam de um golpe discernido. O golpe discernido foi criado lá atrás. Estamos exatamente no efeito dele; e é basicamente o seguinte: o ativismo. O enorme ativismo do judiciário não é novidade na tradição política brasileira. Não há consenso na sociedade brasileira sobre que tipo de sociedade queremos, que tipo de modelo de desenvolvimento queremos, ou se vocês quiserem, a

única razão que tem – que todo mundo concorda – é que cada um quer o seu, e pronto! E que, se possível, alguém pague a conta. Nesse modelo, toda e qualquer reforma recente que tivemos, todos os avanços que tivemos na sociedade brasileira, nessa mais de uma década, foram realizados via ativismo do judiciário. Foram peças fundamentais para a alteração desse marco. Dentro do Congresso, as reformas propostas com a representação da cidadania não passaram. Você tem disputas, interesses que são difíceis de superar. Foi o judiciário que destravou, então. Se falarmos em conquistas do Direito Civil, aplaudam o judiciário. O mesmo judiciário que, agora, está sendo atacado.

Temos outra grande novidade. Temo que os fenômenos que experimentamos na contemporaneidade desaconselhem que a gente os analise a partir de categorias muito antigas, mofadas, oriundas diretamente do século XIX. Elas não nos ajudam mais. A revolução a que estamos assistindo nesse momento é, provavelmente, uma revolução contra a política. Quando se tenta, por exemplo, politizar o judiciário, quando se tenta politizar as decisões do juiz Sérgio Moro e tudo mais, tudo isso é o uso de uma velha linguagem para dar conta do que está ocorrendo. É uma velha linguagem de que todo mundo está agindo politicamente. Não! A transformação a que estamos assistindo neste momento está vindo pelo alto, como sempre foi. Alguém, por exemplo, é capaz de dizer que, de fato, a corrupção não é um problema para a sociedade brasileira? Você atacar hoje, neste momento, neste instante, por exemplo, a Operação Lava Jato, é se colocar do lado das forças que não querem o combate à corrupção. É isso. O problema hoje é a natureza da Lava Jato. É uma lástima o que assisto na universidade, me perdoem, mas uma pequena confidência: eu não sei se a gente ganha montando comitê de recrutamento para defesa do governo na universidade. O meu sentimento é que a gente não ganha.

Esse comitê de recrutamento pode ser feito na sociedade civil – os espaços de liberdade de atuação da sociedade civil estão dados. Podemos perfeitamente, cada um de nós, individualmente, participarmos de todos esses atos. Não parece que a gente ganha transformando a instituição universidade num comitê de recrutamento de novos membros para a batalha. A gente ganha é exatamente discutindo na universidade, como estamos fazendo agora. Então, estamos perdendo, muito provavelmente – e eu estou falando das Ciências Sociais de forma geral no Brasil – um momento fabuloso de análise, porque estamos tomando partido. Estamos perdendo a riqueza de análise dos fenômenos pelo qual estamos passando neste momento.

Um elemento importante é o elemento da Lava Jato, que em outro momento será discutido. O Brasil nunca viveu, na sua história republicana, um momento tão dramático. O momento mais terrível que a sociedade brasileira viveu foi no início do Segundo Império, um momento de completa confusão: ninguém se entendia, todo mundo se batia com todo mundo. O Segundo Império veio, estabilizou; e aí vamos ter um Período Republicano. No início também houve certa confusão, mas asseguramos alguma continuidade. Neste momento, entretanto, temos a conjugação de dois elementos que são cruciais: uma crise econômica brutal e uma crise política igualmente brutal. Nas mesas que realizamos no ano passado, imaginava-se o seguinte: bom, a crise econômica pode reduzir, a gente vai conseguir sair dessa e, de repente, a crise política vai reduzindo. É verdade, sim. Não havia, entretanto, no horizonte, nada que indicasse que a crise econômica diminuiria, pelo contrário: só se agrava. Os índices mais graves da crise econômica são os de desemprego e inflação. O índice de arrecadação do Governo Federal baixou, o Rio de Janeiro não terá dinheiro para pagar a folha de pagamento do funcionalismo público estadual. O Rio

Grande do Sul já teve problema dessa natureza, e parcelou salários. Isto é problema real.

Para mim é absolutamente surreal discutir se "é golpe" ou "não é golpe". Grande coisa! Isso resolve alguma coisa? Se tem um instrumento na Constituição chamado impeachment, particularmente, não julgo que seja golpe. Se é crime ou não crime, são os legisladores que a população escolheu que têm que tipificar. Algo me diz, muito provavelmente, que é provável que as pedaladas fiscais sejam consideradas crimes, é muito provável. O argumento que o governo utiliza é de que todo mundo, desde o governo de D. João VI, fez pedalada. O problema é que D. João VI não teve um processo de impeachment. Então, no processo de impeachment, o que todos os outros fizeram ficou no passado. Este, neste caso aqui, "isto que a senhora fez", será tipificado como crime. "E como crime, então, a senhora será, então, impeachmada". A opção que está sendo posta neste momento é o Michel Temer, que já apresentou o programa dele. Hoje, estão refinando mais ainda o programa. O programa já é "anti" tudo isso que a gente viu até então sendo praticado no Brasil. É um choque de liberalismo radical, nem o PSDB chegaria a ser tão radical como este. O programa do PMDB é um programa de desvinculação de verba – que é crucial para você enfrentar esse momento de crise – corte drástico em qualquer tipo de benefício social, vários programas sociais serão imediatamente afetados. Como os apoiadores do governo Dilma reagirão frente a este governo novo? Imagino que imediatamente se colocarão na oposição. E aí, temos instabilidade política.

Uma incógnita se dá em relação à Operação Lava Jato. Todo e qualquer governo que nesse momento tente, de alguma forma, controlar essa operação, tenho a impressão que será rechaçado. É por isso que a minha imaginação está focada no que estou chamando de "revolução puritana", porque é de lá que

está vindo a força que está desestabilizando o sistema. Porque internamente, por exemplo, esses atores já teriam chegado a um acordo se a questão fosse só política. Eles só não chegam a um acordo porque se tem uma força que está desestabilizando o sistema; e é essa força, inclusive, que vai determinar a natureza do governo. Numa situação desse tipo, o governo imediatamente a se constituir agora será o de Michel Temer. Com esse programa que tem, reforça mais as bases para a luta. Não terá, no entanto, nenhum controle, nenhuma possibilidade de controle para abafar a Lava Jato. Terá um problema grave. O governo teria que compor um Ministério dos mais limpos que a República já teve, porque senão fica exatamente sujeito a esse movimento. Num quadro desses, só vislumbro mais dificuldades para a gente. No aspecto imediato, temos um arrefecimento da crise econômica. Criaram-se outros marcos para discutir o problema econômico que aparecem no problema político com a movimentação. A outra proposta, de antecipação de intenções, acho uma temeridade. O quadro é de acirramento, de radicalização de membros da sociedade civil; e me parece que uma eleição só continuaria este caldo de confusões a que estamos assistindo. Então, não me parece que uma eleição antecipada, por exemplo, daria folga às dificuldades que já temos. O ano de 2016 já está perdido do ponto de vista econômico. A grande questão agora é se 2017 também está comprometido. Em parte, então, se realizássemos uma eleição em 2017, um grande acordão, teríamos, mais uma vez, 2017 também indo para o espaço. Assim, teríamos um país com quase 4 anos de recessão. Nunca tivemos isso na história da economia brasileira.

Teríamos outra alternativa, que seria um governo de união nacional, um governo tampão. Um governo, estou imaginando, com o que temos na sociedade, com o que nos restou ainda, de homens públicos com a moralidade privada.

Este governo teria como única e exclusiva função atravessar este período de crise. Veja lá que é muito parecido com o governo do Temer, mas o problema do governo Temer é que já nasce com o estigma de ter sido fruto do impeachment. O governo de transição é um governo em que todos participam, todas as forças participam, um acordo mínimo sobre o que é necessário fazer para atravessarmos esses 2 anos ou mais. Um governo que estabeleça claramente um programa para sociedade, que diga a real natureza das nossas dificuldades. E a real dificuldade das nossas dificuldades é de natureza fiscal. Dito de outra forma, o Estado gastou mais do que o que é capaz de arrecadar. É simples assim. Ou, se você quiser, o governo deu bolsa demais e agora não tem dinheiro para arcar com o pagamento dessas bolsas. "Ah, mas eu tenho a minha bolsa, eu vou querer a minha bolsa". Bom, eis aí o problema.

Alba Pinho: E os empresários?

Valmir Lopes: Os empresários simplesmente não estão propondo diminuir ao máximo sua atividade porque não querem mais bancar essa transferência de renda. O grau de déficit público federal hoje é enorme, então, algum tipo de imposto será criado. Por exemplo, se perguntarem minha preferência, prefiro sim um imposto do tipo CPMF temporariamente. Deixando muito claro que é um imposto emergencial, que só terá este período de existência e acabou. Não seria autorizado nenhuma esperteza do governo seguinte com maioria absoluta que queira constituir ou dar prolongamento a este imposto. Algum tipo de elevação de carga tributária me parece que será necessário. E aí você pode dizer "ah, mas o empresariado, o quê que importa?". O empresariado é quem cria riqueza neste país, esqueceram?

Professora Sulamita Vieira: E quem trabalha?

Valmir Lopes: Sim, quem cria a riqueza é quem determina hoje, por exemplo, se o capital vai investir ou não. Minha colega

Alba e meus colegas gostam muito de colocar a economia brasileira e a política brasileira em conexão com o cenário internacional, mas não precisa disso: é só pegar as ações que foram praticadas ao longo desses anos e aí, num ensaio das tentativas de um novo modelo de desenvolvimento econômico, temos o resultado neste momento. O presidencialismo brasileiro é um presidencialismo muito particular: o executivo tem o poder, mas o legislativo também tem muito poder. No Congresso houve uma partilha de poder com o executivo. O executivo só funciona através de base de sustentação parlamentar, e – ao que tudo indica – os parlamentares não estão dispostos neste momento a colaborar com o executivo. Numa situação desse tipo sabe para o quê nós caminhamos? Caminhamos para uma paralisia de decisão, fenômeno parecido ao que ocorreu em 1964 com o Jango (João Goulart), o governo vai paralisar, não consegue implementar absolutamente nada. Esse é um quadro que temos hoje. Podemos usar muita imaginação, muito desejo para defender, mas podemos começar a usar a imaginação para pensarmos como sair deste enorme problema que estamos vivenciando.

Debate

Danyelle Nilin

Bom, como temos visões muito diferentes do mesmo processo, vamos ter um debate acalorado, inclusive entre os membros da mesa... E o interessante, a delícia das Ciências Sociais, é exatamente isso: permitir múltiplas visões sobre o mesmo processo. Torna nossa profissão muito instigante. Então, vamos abrir para o público colocar questões.

Sulamita Vieira: Não tenho propriamente uma pergunta, tenho algumas observações. Em primeiro lugar, acho também, como

os colegas da mesa, que tem sido muito importante a promoção desses debates. É uma coisa de fato necessária em um curso de Ciências Sociais. Aí já começo com a primeira observação. Ao pensar uma crise assim, achei muito importante o que fizeram a Alba e o Josênio porque tomaram o conjunto, quer dizer, pensaram do ponto de vista estrutural. Se entendi bem, Valmir, na sua apresentação, você parece que só vê a crise como resultante de um lado, que é o lado das falha do PT. Eu não me esqueço, nunca vou me esquecer, por exemplo, de quando o vice-candidato do PSDB na última eleição, diante da derrota, disse: "não vamos pedir impeachment dela agora. Vamos sangrá-la até o fim". Quero fazer essa observação para confrontar o que o Valmir pergunta: "Dilma tem condição de governar?!" Em que momento ela não teve uma oposição do lado impedindo de tomar muitas iniciativas? Se a gente pensar que essa mídia tem sido imparcial... para mim, não tem nem por onde... Se a gente pensar que ela é imparcial, não tem por onde começar a conversa.

Monalisa Lopes: Eu quero colocar uma pergunta conceitual. Acho que o Valmir aponta um cenário que às vezes é sedutor: não tem saída, esse governo não consegue fazer nada. A Sula acabou de dizer, tem uma oposição muito obstrutiva, que o governo coloca um monte de pauta boa, mas nada sai do lugar. Então, é muito sedutor, quando nada sai do lugar, que alguma coisa saia. E parece que colocar o impeachment ou cassar a chapa no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é muito, porque vai ter uma saída. Quer dizer, nós sabemos para onde: a ponte para o abismo do Temer está clara. Mas a minha pergunta é assim: do ponto de vista conceitual, é possível pensar no presidencialismo – ainda que de coalizão – em que o governo que não sai do lugar vai ser destituído? No parlamentarismo é assim: não tem apoio, não tem suporte, destitui. Mas, no presidencialismo, é possível pensar a destituição de um

presidente porque não tem apoio, porque não consegue governar? Não tem crime e a Constituição é clara: o impeachment é quando tem crime.

Marcos Paulo: Eu tenho uma pergunta geral para mesa porque gostei muito de todas as exposições, inclusive a do Valmir, diametralmente oposta ao que eu penso, mas acho que todas foram muito boas, considerando as diversas perspectivas. Eu queria provocar o Valmir: ele chama atenção para a crise fiscal, mas o segmento mais irresponsável contemporaneamente do ponto de vista fiscal é a oposição (do governo Dilma). A oposição tem aprovado coisas que aumentam despesa, sem oferecer a receita. Você pode até dizer "ah, o PT agora se ferrou porque votou contra a Lei de Aceleração Fiscal, mas os 8 anos do Lula foram bastante responsáveis e o tempo em que o PT era oposição não conseguiu aprovar, digamos assim, gastos sem oferecer a fonte no tempo que o Fernando Henrique governava". Embora, vamos lembrar que o Fernando Henrique sangrou nos últimos 4 anos. Dos 3 últimos presidentes que o Brasil teve, somente um encerrou mandato melhor do que começou: Lula. O Fernando Henrique terminou mal, a Dilma... E o Lula não: o Lula terminou bem. Você tem uma chave de leitura, que é essa dos puritanos. Falando nisso: as igrejas evangélicas no Brasil tem um trabalho de base iniciado ali pelos anos 1930 e 1940 – aprofundado a partir dos anos 1950 – que foi fundamental para o processo de ocupação da Amazônia e do Centro-oeste. Foi uma decisão dos militares, eles preferiram levar evangélicos para as terras sem homens. Era uma decisão deles que fazia parte de um processo de americanização do Brasil, afastamento do Brasil–Europa. E esse trabalho de base tem hoje um resultado: todos são voltados a um sucesso individual, todos investiram profundamente na era dos concursos. As instituições estão todas abarrotadas desse pensamento, essas pessoas já chegam prontas, o Sérgio Moro era da igreja Batista e o Deltan Dallagnol é da

Presbiteriana. O Dallagnol viaja o país convidado pelas igrejas para fazer uma discussão sobre essa cruzada ética de limpeza do país. E estamos todos pressionados por um tipo de urgência que não existe na sociedade e na política brasileira. O Brasil não tem esse sentido de urgência, não tem. Nós estamos com a inflação abaixo dos 15% acumulados nos últimos 12 meses, o desemprego não chegou a 10%. O Fernando Henrique terminou o mandato dele como um candidato ultracompetitivo, com um desemprego de 14%. Esse sentido de urgência não existe. Mas esse sentido de urgência é parte da leitura neo-judaica do evangelho. E hoje a sociedade brasileira tem mais de 30% de evangélicos confessionais, fora os influenciáveis – porque você tem setores católicos que podem ser dirigidos por esse grupo. Eu queria perguntar a vocês como é que, nessa alteração da base religiosa da sociedade brasileira, isso influencia na desestabilização. Porque a saída do Brasil de um catolicismo muito latino-americano, muito misturado, aberto ao sincretismo e ao fechamento nesse neo-judaísmo, como é que isso se influencia a ponto de não ser dirigido? Porque é dessa tradição religiosa que vem a recusa do líder. Mataram um cidadão 2000 anos atrás porque ele recusou líderes, e isso é neo-judaísmo, certo? Então quando você vê que o Aécio Neves é expulso da manifestação, é por que eles recusam líderes. Existe uma alteração na base da sociedade brasileira que dificulta qualquer representação, certo?

Harlon Romariz: Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer a iniciativa pela mesa, acho também interessante, essa iniciativa de debates. E é sempre interessante o Valmir no final, porque é a cereja do bolo. É sempre o que dá mais ânimo para o debate. Eu vou falar um pouco em cima da fala do Valmir e pegar também o gancho da questão dos puritanos, porque você colocou: tem essa ideia de que está havendo uma revolução puritana de alguma forma. E de que essa força tem um caráter político-

jurídico, está desestabilizando tanto o governo como também está desestabilizando a política, seria essa a sua ideia?

Valmir Lopes: Exatamente.

Harlon Romariz: Bom, em parte eu concordo que existe realmente alguma força que está desestabilizando a política e o governo. O governo, tanto os aspectos da pequena política, vamos dizer assim, como esses aspectos maiores, estão desestabilizando a política. E também concordo (com o pensamento) de que, por exemplo, se um governo entrasse com "Uma Ponte Para O Futuro" – aquele documento horrível do PMDB – e assumir, as reações populares também vão ser maiores em médio prazo, porque acaba com gastos obrigatórios para a saúde e educação e mexe na previdência, mexe nos programas sociais... A médio prazo, isso vai ter uma reação. Então, o governo Temer a médio prazo também vai criar desestabilidade política. Eu vi recentemente uma economista muito interessante - e eu não sou muito da perspectiva dela - que falou que os investidores já estão começando a repensar o apoio a uma solução anti-Dilma, ou seja, não estão mais tão confiantes de que tirar a Dilma do governo foi o caminho mais seguro. Ou seja, a Lava Jato parece que adquiriu uma dinâmica própria que vai afetar para além do PT. O problema é justamente aí. Eu espero, ou esperaria, que a Lava Jato pudesse ter uma dinâmica para além do anti-petismo, mas, por exemplo, quando eu vejo a reação da classe média que vai para as ruas não contra os 200 políticos lá da Lava Jato, não vai contra o Eduardo Cunha, que já é réu no processo do Supremo, que não vai à rua contra todos esses casos de corrupção que estão por aí aflorando; mas vão à rua só por causa do PT; será que essa força é realmente uma força de moral ou é uma força anti-petista que se mascara de moralismo? Eu acho que existe, sim, uma espécie de puritanismo, uma moral que quer resolver o problema da corrupção, mas também esse é um discurso contra a corrupção

travestido de um interesse político. E aí lembro que o Jessé Souza colocou numa entrevista que deu recentemente: não existe ninguém acima do bem e do mal. Nem o juiz batista ou os evangélicos, ninguém está acima do bem e do mal numa sociedade de mercado, numa sociedade diferenciada, numa sociedade onde a gente não tem mais essa coesão social como nas sociedades antigas tradicionais. Então fico me perguntando se essa força, que a gente pensa que é uma força moral, uma força puritana, na verdade não é uma força política se utilizando de um discurso ético. Uma outra questão: as soluções que a gente tem atualmente são uma continuidade do governo Dilma... E também o Temer está sendo investigado, a cassação no TSE pode continuar, até onde eu sei. Então, você tem uma situação de instabilidade política e a Marina Silva também vai ter esses problemas de governabilidade. O que eu vejo é que, em todos esses cenários, o povo, desculpa a palavra, “vai se lascar”, não é? A população vai continuar sofrendo, os índices de desemprego sem melhoras, a questão da inflação também... E como nosso colega colocou ali, o Márcio, crise econômica também não é sinônimo de desestabilidade política completa, por que os Estados Unidos passaram por um período de recessão. Portugal e Espanha são mais citados do que qualquer outra coisa em relação a desemprego e inflação e estão se mantendo politicamente. Então, essa crise econômica não justificaria a crise política, que é um ponto também interessante. Só para retomar, como é que a gente pode pensar, realmente, em que circunstâncias se deram esse cenário de crise, onde todas as alternativas também são problemáticas? Como foi possível isso acontecer? Não acho que a crise econômica seja a resposta para essa pergunta e aí fica o debate. Obrigado.

Cleiton: Bom dia. Eu quero parabenizar a mesa pela discussão e sair um pouco desse sectarismo da conjuntura. Eu acredito em tentar ultrapassar um pouco isso e pensar elementos mais

estruturais da política brasileira. E eu queria trazer alguns pontos que me chamaram atenção e que acho que precisam de esclarecimentos das falas dos professores. Primeiro, da Alba. Quando ela fala que o bloco conservador, a articulação direita que traz de volta o imperialismo americano. Como assim? Que imperialismo é esse? Que novo imperialismo é esse? Como é que isso se relaciona com a lógica dessa crise que a gente está discutindo aqui? Para o Josênio, já que ele falou de democracia e representação: a gente não tocou aqui mas, querendo ou não, a gente tem uma eleição, a gente tem uma eleição municipal e a gente tem novas regras. Como é que, na sua visão, vai ser esse xadrez político sem o financiamento de empresas? A gente vê a importância desses grandes conglomerados empresariais, como serão, por exemplo, as eleições nas capitais – que são eleições costumeiramente caras – sem o aporte financeiro dessas grandes empresas? E para o Valmir, quando ele fala dessa construção do crescente consenso pelo impeachment, que papel teria o PSDB nessa opção Michel Temer? Será que esse modelo também não causaria uma grande instabilidade política? Por que da mesma forma que, quando a gente fala que 2014 não acabou... não sei se foi você ou foi a Alba quem falou...

Valmir Lopes: Na verdade, 2013 não acabou.

Cleiton: É, 2013. De 2013 para cá, então, da mesma forma que a gente tem um grupo muito forte na sociedade descontente com o resultado de 2014, outro grande grupo também, muito importante, muito significativo, vai se sentir deslegitimado com esse tipo de articulação. Como você vê nesse futuro, conjecturando novamente, a caracterização do PT?

Maria: Bom dia a todos e a todas. Primeiro eu gostaria de parabenizar ao Departamento, ao curso de Ciências Sociais pela iniciativa, a gente precisa de muito debate nesse momento. E parabenizar a Alba. Quero dizer que eu me identifico com a

análise que ela fez, e busco explicações para a crise nas questões econômicas. Quero dizer para o Valmir que discordo dele em vários sentidos. Quero dizer que ele me provocou: eu estava ali, sentada, tranquila, quando o Valmir provoca a gente, não é? Isso é bom, também. Ele diz que não, que nós muitas vezes somos pautados nas análises de teorias do século XIX. Eu volto a dizer para você: eu acho que está atualíssimo, viu? Marx, o velho, nunca esteve tão atual, a começar quando – como a Alba mostrou aqui para gente – você vê essa crise estrutural no capitalismo, que, repito, está no mundo desde 2008, intensa, e que chegou aqui ao Brasil. Esses dias eu escutei o Carlos Bresser-Pereira falando no “Sem Censura” que não é uma piada da esquerda, Valmir. Ele fez uma análise muito importante sobre a questão da crise estrutural do capital e sobre o governo Lula, as opções da economia, e depois como ficaram com Dilma. Eu achei bastante interessante, porque a gente vai ver lá que as nossas teorias do marxismo do século XVIII estão muito vivas e muito atuais. Eu acho que eu concordo com o Valmir quando ele fala dessa emergência de novos atores e discordo das motivações, porque esses novos atores que emergem na cena não emergem do nada, não são só motivações puritanas, morais ou religiosas. Aliás, são muito misturados. E concordo quando ele fala no sentido de uma ascensão de ideias conservadoras no Brasil – não só no Brasil, no mundo, não é? E penso que nessa divisão toda, a gente não vê só questões do lado do moralismo, da religião: são questões também de classe social. Voltemos ao bom e velho Marx. Luta de classes, inclusive luta de ideias e a mídia. O Valmir falou aqui: “não vamos brigar com a mídia”, mas a gente reconhece que ela tem um lado, que é o lado dos setores dominantes, dos setores dominantes politicamente também. Eu acho que essa mídia tem uma grande influência sobre as pessoas, sobre o que elas pensam. Você tem uma Rede Globo e as demais todas com uma mesma pauta, todas as horas do dia. Eu acho que isso tem uma grande influência. A gente

não pode negar que tenha. O Professor Josênio falou sobre a questão da democracia burguesa e a gente sabe todos os limites que tem esse tipo de democracia; mas nós estamos aqui a defendê-la porque antes essa democracia burguesa do que um golpe, uma ditadura. Acho que as colegas aqui não viveram uma ditadura, a gente viveu. Alguns viveram por mais tempo, eu, na minha juventude, entrei no movimento estudantil no momento da Ditadura. O Valmir fez Movimento Estudantil – ele fez, viu? – na época da Ditadura e era uma coisa terrível. Então, a gente defende essa democracia, mesmo com todos os seus limites. E, nesse sentido, Valmir, a Dilma foi eleita dentro da regra do jogo democrático, por oponentes que estão aí querendo tirá-la, mas que também se submeteram às mesmas regras. Então, concordo com o Josênio: o impeachment seria uma exceção, não há motivação, seria uma questão somente política. E os motivos colocados aqui, a desaprovação popular, a insatisfação, mesmo a crise, não são, dentro de uma democracia burguesa, condições normais de pressão e temperatura para se tirar um presidente.

Danyelle Nilin: Agora, vou passar para a mesa, ela vai fazer algumas considerações, e já respondendo também as questões que foram postas, certo? Depois a gente abre outra rodada. A gente está aqui para analisar, ou a gente já vai sair daqui com um pacote?

Alba Pinho: Bem, eu acho, de fato, que, na mesa, foram configuradas – sobretudo se nós fizemos um contraponto da minha fala e dos outros com a fala do Valmir – leituras radicalmente diferentes da crise em curso. Inclusive no modo de pensar. Acho que nós temos, dentro das Ciências Sociais, que ter muita clareza dos modos de pensar, como é que nós pensamos essa vida social. Vocês veem que, no começo da minha fala, retomei três grandes eixos sem os quais, ao meu ver, não se pode pensar essa crise. Acho que não podemos ficar no espetáculo da crise; acho que temos que ver os atores em cena,

mas esses atores em cena estão dentro de uma sociedade, dentro de uma estrutura. E aí retomo a Maria, a Sula... Seria impossível pensar a crise sem pensar as dimensões estruturais da sociedade brasileira. E aí retomo também a polêmica com o Valmir, por quem tenho grande carinho e respeito e também sei que ele tem por mim, então a gente pode discutir, divergir, radicalmente, acho que isso chama-se democracia, onde as posições diferentes podem ser expressas e defendidas, é disso que nós precisamos e que está nos faltando. Acho que não podemos trabalhar algumas categorias de forma congeladas. As categorias são elementos para a gente pensar, mas vejo que a gente não pode pensar esse mundo em que vivemos sem pensar o capitalismo. Estamos numa sociedade capitalista. A questão de classes permanece, composição de direitos orgânicos – vocês viram que ao longo de toda a minha fala fui trazendo elementos desse teor. Então, a questão de forças sociais... não podemos discutir esses atores sem discutir forças sociais, interesses em jogo, interesses do capital, crise, contexto de crise, crise estrutural do capital, relações geopolíticas... Não estamos isolados do mundo, estamos dentro do mundo vivendo esse processo de mundialização do capital. Então, por exemplo, quando digo que não podemos entender a crise que estamos a viver na América Latina e no Brasil, sem pensar a posição da China – porque temos que entender, inclusive, essa relação, com esse império chinês, esse império capitalista chinês que é extremamente selvagem, inclusive. E aí em relação à pergunta que ele me fez sobre os Estados Unidos, não podemos esquecer que o Brasil está dentro da América Latina e que a América Latina está vivendo um momento de guinada à direita, de forças conservadoras, forças conservadoras. Não é à toa que os presidentes progressistas estão se pronunciando, o presidente do Uruguai, vários deles estão se colocando, e o quê que isso significa em termos de Brasil? O que acontecer no Brasil tem repercussão muito grande na América Latina, e, na América

Latina, hoje, estamos tendo toda uma volta de um conservadorismo, uma força de direita, interesses muito alinhados aos Estados Unidos. Se você pensar, por exemplo, a situação da Argentina. Quando digo que temos um novo imperialismo americano, é que a gente não pode esquecer esses elementos, gente. Não podemos pensar os atores fora desse mundo, fora disso. E onde é que fica nossa imaginação sociológica? Onde é que fica nossa capacidade de pensar os percursos, os fatos da vida dentro da conjectura? Vejo que não podemos entender essa crise sem pensar as forças sociais em conflitos, sem pensar as forças sociais em disputas, interesses sociais em conflito. O interesse do capital está em jogo, uma condução da política econômica está em jogo, o processo de extrativismo, Pré-Sal, Petrobrás...

E aí eu quero colocar o caso da mídia. Evidentemente que a mídia teria a obrigação, a função social, de informar. Evidentemente que nunca seria uma coisa imparcial, mas pelo menos uma coisa que você pudesse mostrar lados. Eu era uma assídua telespectadora da *Globo News*. Hoje, não assisto um programa da *Globo News*, nem *Painel*... Porque só é um único pensamento, uma única leitura. Agora há pouco, o Josênio se reportou ao *Painel*: todas as pessoas que estavam no *Painel* são pessoas a favor do impeachment. Porque que não chama aqueles analistas colocando os diferentes lados? Essa é uma função social da mídia, temos uma mídia absolutamente, escandalosamente, apropriada dos interesses do capital e aí faço minhas as palavras do debate que tivemos lá no Auditório Rachel de Queiroz, da Psicologia, com o Professor Nilton Albuquerque, quando ele diz que nós temos a volta do recalcado. Estamos, também enquanto esquerda, enquanto PT, pagando pelos erros que cometemos, porque que – em determinado momento – o PT, estando no poder, não criou o sistema de comunicação público em que nós pudéssemos ter

uma difusão? Não: ele apostou e investiu na Globo, e aí se esquece que essas articulações – Florestan Fernandes dá aulas e lições, as composições com a direita, as composições com o capital – são muito transitórias. Evidentemente que os governos petistas desenvolveram processos de ajuste. Em nenhum momento, se colocaram contra os interesses do capital, então, estão dentro desse processo de ajuste. Mas, nesse momento, os próprios seguimentos do capital financeiros das grandes corporações não querem a continuidade do PT, não querem a continuidade da luta, porque é muito perigoso nesse contexto de crise ficar mais 4 anos sem estar na intervenção direta dos recursos que estão postos. Eu fico assim muito estupefata quando vejo essa discussão política só nos atores, como se esses atores não tivessem interesses, não estivessem vinculados a determinadas forças sociais. Por exemplo, aí voltando à história: nunca tivemos um Congresso tão conservador, tão radicalmente conservador, e aí é que entro, Marcos Paulo, com a história das religiões, do pentecostalismo, que vai se expressar num neoconservadorismo. Nós temos, nesse país, hoje, um neoconservadorismo muito forte. Por exemplo, o que está em jogo nesse golpe... Que eu digo que é golpe, porque o impeachment apesar de estar dentro das regras democráticas, não tem base legal – grande parte dos juristas que estão comprometidos com a democracia mostram que não há elementos legais para o impeachment. E aí lembro também aquilo que a Sula colocou aqui – e que Boaventura de Sousa Santos, nesse artigo a que me referi, coloca: esse impeachment foi colocado logo após a própria posse da Dilma; e aí vem o vice da candidatura perdedora dizendo que “nós não a queremos, que nós queremos sangrar a presidenta até ela...”. Quer dizer, deixá-la, postá-la de joelhos, sem ter alternativas. Então, acho que é fundamental a gente perceber que essa democracia está sob ameaça, está por um fio, e quando tivemos ameaças à nossa democracia, aos nossos direitos civis, aos nossos direitos

políticos – quem viveu a ruptura do processo democrático, quem viveu a Ditadura, sabe o que é isso, essa liberdade de cátedra... Eu não sei o que é que vamos ter de fato nesse país, onde não se respeita direitos, onde aquele que pensa diferente de você tem que ser apedrejado, onde uma médica se nega a atender uma criança por que a mãe está vestindo uma camisa vermelha, onde o arcebispo de São Paulo é agredido porque a pessoa grita que não quer elementos comunistas na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Enfim, temos um ódio social muito forte que precisamos analisar, gente: expressões fascistas! Não acho que haja nenhuma revolução puritana, acho que tem um conservadorismo que se acirra, inclusive, em questões referentes às lutas LGBT, às mulheres. Toda essa Bancada Evangélica no Congresso Nacional é essencialmente neoconservadora, um conservadorismo estreito. Claro que temos que apurar a corrupção, mas temos que apurar em relação a todos os políticos, e o que estamos vivendo é uma partidarização, é uma seletividade, é uma deformação da própria Operação Lava Jato, porque você penaliza um único partido. Então, isso não é possível. Na Itália, se dizia que a Operação Mãos Limpas, que atingiu a todos os políticos dos diferentes partidos, que é uma república do juiz. E o Boaventura diz que, aqui, estamos tendo uma Operação Lava Jato da forma como está sendo conduzida... Não é que não se apure a corrupção: a corrupção que é uma marca estrutural dessa sociedade tem que ser apurada em todos os políticos Ninguém está acima da lei, inclusive o Sérgio Moro, que desrespeita flagrantemente a lei. Então, o ativismo judicial que estamos a colocar existe e é legítimo. O que estamos falando é de um ativismo que é movido por interesses externos, movido por uma questão partidária, movido por um interesse de classe, que é um objetivo de criminalizar de uma forma peremptória determinados políticos.

Então, nesse sentido, é que precisamos fazer uma análise que dê conta das dimensões estruturais para entender o momento conjectural. Acho que não dá para ficar só nessa análise rasa de ator, de atores, enfim. O quê que aconteceu com o governo Dilma? Ele foi inviabilizado. Primeiro, houve erros da Dilma quando faz um ajuste à direita. Ela assume, numa tentativa de dar conta da crise, que se esperava a crise chegando à América Latina, que estava chegando ao Brasil, porque há um esgotamento do modelo. Isso a gente não pode esquecer. O modelo de ajuste que a gente vê há 25 anos – em que somos dados à forma de acumulação financeira, pagando juros altíssimos, pelo qual nós temos uma reprimarização da pauta de exportações, em que estamos sendo produtores de *commodities*, reforçando o extrativismo intensivo – esse modelo está esgotado. Porque na própria China – a crise chega a China – há uma recessão chegando e o preço dos *commodities* cai. Então, isso está na base das dificuldades que enfrentou o governo Dilma Rousseff e, que não foi discutido o processo eleitoral – e deveria ter sido discutido. Assim, a crise emerge, e quando emerge, a Dilma Rousseff faz um ajuste à direita e não à esquerda. O que aconteceu? Os movimentos, as forças de esquerda, os setores progressistas não foram para a rua cobrar da Presidente uma mudança de perspectiva política, uma mudança de agenda diferente da que apoiamos para ser eleita. O que acontece? Há uma composição orgânica de setores do capital. Por que que as manifestações na Avenida Paulista se dão em frente à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)? O quê que isso significa? Por que a gente se nega a essas análises? E acho que há um deslocamento de um ciclo de conhecimento que não é tirando Dilma, não é botando Temer, nem fazendo governo tampão, a meu ver, que a gente vai enfrentar isso. Precisamos discutir democraticamente quais são os rumos da economia desse país. Para onde é que vamos,

quando esse modelo se esgotou? Esse modelo de ajuste ao capital. São coisas que a gente tem que considerar, ao meu ver.

Acho que não podemos ficar na periferia das discussões. Trouxe aqui analistas que estão nessa perspectiva, o Fórum 21. Economistas como o Belluzo, Maria, Leila Paullane e tantos outros: esgotou-se o modelo de crescimento. Esgotou-se. Então, não há milagre. Nós temos que repensar rumos, não são as figuras, simplesmente. Quando o Valmir pergunta "Dilma Rousseff tem condições de continuar a governar na situação de crise?". Faço outra pergunta: qualquer governo! Como é que vai enfrentar a crise de um modelo, o esgotamento de um modelo que está em curso? Não se pode discutir política desvinculada da questão econômica. Acho que é uma articulação orgânica entre a economia, a política e a democracia. Acho que não podemos perder de vista isso. A democracia está ameaçada. Por isso, o que se critica no judiciário é essa partidarização: é você tomar medidas arbitrárias. Por que na Operação Lava Jato 24 houve essa condução coercitiva do Lula, se ele nunca tinha se negado a dar informações? Por quê? Por que que o juiz Sérgio Moro se coloca acima do bem e do mal? E ele passa a ser uma figura que parece satisfazer o desejo dessas massas movidas pelo ódio que quer um líder... Quando você pensa numa manifestação em que Aécio e Alckmin foram vaiados, quem é que estava à frente? Bolsonaro, estava Feliciano, estava todo o pensamento conservador... E aí são direitos sociais, direitos civis, direitos políticos que estão em jogo. É um golpe, é um golpe jurídico porque o segmento judiciário está rasgando a Constituição, desconsiderando princípios primários de direitos democráticos.

Ao mesmo tempo, a grande mídia está criando um terrorismo, e concordo, Marcos Paulo, que há um terrorismo midiático, sempre essa ideia de que o Brasil está à beira do caos, sempre. Quer dizer, você começa com Ana Maria Braga e vai terminar no *Jornal da Globo*, é a mesma pauta com diferentes

configurações. Se você pega o *Programa do Faustão*, se você pega aquele outro do sábado – o Luciano Huck – todos eles só fazem isso: dizer que o país está se acabando. Não tem mais nada, não tem mais pedra sobre pedra. Aí vamos analisar os índices de inflação, vamos analisar os índices de desemprego dentro de uma conjuntura mundial em que o crescimento econômico não está se fazendo, está sendo impedido; e as políticas de alteridade estão sendo postas ao mundo inteiro. Então, como discutir a crise brasileira esquecendo tudo isso? Essa é a minha visão da crise. E é essa que quero compartilhar e quero ouvir e quero debater. A Operação Mãos Limpas foi pra todos; por que essa aqui é só pra alguns? Então, há um aparelhamento dessa Operação Lava Jato. É uma espetacularização, porque tudo aquilo é imediatamente avisado à Globo. Estão lá televisionando aquilo que está acontecendo, todas as decisões judiciais se transformam em espetáculo. O que é isso? O que isso significa?

Nós temos que avançar nesse debate. E aí o Valmir insiste – e eu também acho que é importante – em a gente discutir cenários. Acho que podemos discutir cenários, mas discutir os interesses sociais que estão em jogo. Discutir o que é que realmente está aí, quem são esses atores, o que representam, o que realmente significam, o que significa um governo Temer, que está sendo pensado com super, super, super-neoliberalismo. Vão desmontar todos os programas sociais, o que isso significa? E, no Brasil, acho que há uma crise fiscal e os governos petistas cometeram sérios erros por não fazerem as reformas estruturais que deveriam ter sido feitas, como reformas fiscais, reformas políticas... Porque o que está aí não é reforma política, reforma agrária. Nada disso foi feito, nada disso foi encaminhado. Os nossos erros hoje estão se voltando contra nós, nesse momento. Estava lendo a Raquel Monique – *A crise para além do espetáculo* – e dizia que via com muita preocupação esse

cenário que estamos vivendo, muito próximo à Alemanha dos anos 1930. Você busca um culpado, você busca um bode expiatório... E as massas com ódio, não é? Antigamente, marcava-se com a cruz a questão dos judeus; hoje, você coloca o endereço do filho do Teori Zavascki. Por quê? O que que significa isso, essa intransigência fascista? Essa é uma questão que temos que analisar como cientistas sociais. Acho que temos uma grande e ampla agenda de debates e se faz urgente ocuparmos esses auditórios constantemente. É muito interessante, é fundamental essa iniciativa que não é só do Departamento de Ciências Sociais, é do Centro de Humanidades. Está na hora de a gente aprender a fazer a grande política. Não acho que na Universidade vamos fazer comitês para defender o governo, não é isso. E as pessoas que estavam na manifestação do dia 18 de março, o grande contingente, não defendiam acriticamente o governo Dilma. Não tenho uma visão acrítica dos governos petistas. Acho que temos que discutir os erros que cometemos, quando falo de uma descaracterização do PT como partido de massa. Isso inclusive nos fragiliza, num contexto de crise e num contexto em que você tem uma retomada de um alinhamento aos Estados Unidos na América Latina, que a gente não pode deixar de considerar.

Josênio Parente: Eu gostaria de dizer só duas coisas com relação à fala do Valmir. Primeiro, quando ele fala da mídia, de ter que ter uma função parcial, com função a um partido. Exatamente por que não temos partidos. Quer dizer, a sociedade civil não se sente representada por quase nenhum partido. Você vê que quase nenhum partido pode escapar. Mesmo assim, esses dois, PT e PSDB... Tradicionalmente era assim: o empresariado paulista tentou migrar do PSDB para o PMDB fazendo aquele projeto que o Valmir comentou aqui, da flexibilização de todas essas coisas que são liberais. Mas acontece que o PSDB não é um partido nacional: é federativo, é estadual. Então, outro

detalhe importante que o Valmir fala é sobre a questão dos cenários, como já me havia dito antes de começar a mesa. Ele gostou da fala do Delfin Netto quando disse “se alguém ousar dizer cenário para o Brasil hoje é louco”. Então, de repente, o Valmir enlouqueceu.

Valmir Lopes: Estou prevendo, estou prevendo...

Josênio Parente: Então é sobre esse cenário que quero comentar também. A Sulamita fez suas manifestações e as observações foram muito ricas. Dentro das intervenções aprendi muito. Gosto dessas coisas porque aprendo mais, também. E aí gostaria de dizer que sobre esses cenários que, se o problema é governabilidade e se os partidos seriam o instrumento dessa governabilidade, qual é a possibilidade de o Presidente da Câmara, por exemplo, chegar com milhões na bolsa e comprar cento e poucos votos na Câmara? Dominou. Quer dizer, acabou com toda a governabilidade da presidência, por um processo de vingança, projeto de poder, porque não venceu nas urnas. Toda essa condição que é pessoal, de trair o projeto nacional, se conserva numa ingovernabilidade. Os partidos não têm representação e vão seguir à caneta o que você chamou “toma lá, dá cá”. Outra coisa que gostaria de trazer é quando ele lembrou que a crise está na Rede Globo. Quem assiste à Rede Globo está com indigestão. Os empresários que assistem a programas econômicos, se não tiverem almoçado, é melhor não almoçar, não é?

Mas a Sulamita levantou uma questão que acho que vale à pena a gente dizer. A questão estrutural considero ser importante, e *O Capital*, de Marx, é estrutural: é um texto estrutural onde pega o Adam Smith e esmiúça, fazendo uma análise, aproveitando o que é possível e tentando mudar a perspectiva de que o capitalismo, vamos dizer, concentra riqueza se você deixar o mercado livre. Há uma mudança ideológica. Se um autor é

clássico, é por que – vamos usar uma palavra mais comum – ele sacou elementos que continuam, que preservam-se com o tempo. As mudanças culturais que acontecem não eliminam essas questões estruturais.

Por isso que tem processo histórico muito significativo de contorção de uma ética liberal que não terminou. Hoje temos fatos novos como a internet, redes sociais etc., que têm mudado um pouco a questão da democracia. Tivemos a nossa Primavera Árabe, como Alba falou também. Primavera Árabe, não! Primavera da América Latina. Foi exatamente naquele momento que entraram governos de inclusão social. Por quê? Porque houve uma Guerra Fria que desapareceu com a queda do Muro de Berlim. Não havia mais necessidade de proteger os governos mais conservadores da América Latina que concentravam rendas e protegiam as elites para que não houvesse uma massificação delas. Uma política de massa poderia levar para uma simpatia com a União Soviética. Isso desapareceu. Basta lembrar, na Venezuela, quando houve uma tentativa de golpe, as elites ainda estavam pensando que eram protegidas pelos Estados Unidos.

Agora, temos o Boaventura de Sousa Santos, que diz uma coisa que a Alba não quis dizer para deixar para mim, que é o seguinte: os Estados Unidos não estão mais fazendo a sua dominação pela guerra, pela intervenção direta. É pelo sistema, sobretudo do judiciário. Então, o judiciário é um instrumento que os Estados Unidos têm, porque os Estados Unidos não estão satisfeitos com o Brasil nessa mudança no Mercosul, sobretudo com sua aproximação com a China, que a Alba falou muito bem. Há um conflito constante entre Estados Unidos e China que ainda não se expressou na sua forma mais clara; e aí o Brasil, inclusive, reconheceu a China como sociedade de mercado – que não é – e isso favoreceu a China. E depois, como Boaventura escreve, a gente vai ter o Barack Obama visitando a Argentina, que vai ter um governo voltado para essa sociedade

liberal. Na realidade, não é mais aquela Guerra Fria, intervenção imperialista: é um imperialismo de uma forma dupla.

Sobre as eleições, gostaria de dizer que essa questão já iria mudar um pouco, porque algumas coisas, o financiamento, já é uma mudança significativa. Mas é interessante a gente observar – e é um desafio, eu diria – os cenários. Saber como, digamos assim, essa questão vai ser uma luta para saber quem vai preservar a fidelidade que o PT tem, de um terço do eleitorado desde que o Lula se candidatou até hoje. Agora vamos ver essa dinâmica, sobretudo como vai ser essa construção de partidos – porque nós não estamos precisando de partidos. No parlamentarismo e no presidencialismo, não importa se não houver partido, você tem questões muito sérias. No caso do parlamentarismo, a saída era imediata, porque você preservava. O presidencialismo requer uma simpatia com o Congresso: você não pode perder a base aliada. Fica difícil de engatar os planos. Mas, de qualquer maneira, a crise existe, mas de forma menor.

Valmir Lopes: A primeira coisa: a questão dos estudantes. Na verdade, vocês têm aqui duas abordagens de forma muito clara. Nós temos uma abordagem de natureza estruturalista – que tenta vincular eventos que ocorrem em determinadas circunstâncias com eventos que estão fora, montando um esquema analítico que leva em consideração aspectos mais estruturais, totalidades... são várias categorias que podem ser usadas. A outra é que você dá um corte circunstancial, aproxima, isso é, os fenômenos que são analisados ali são fenômenos de decisão, são atores que estão se movimentando. Não nos interessa, a partir dessa análise, o que eles representam: eles não são sintomas de nada. Eles são eles: são pessoas que estão postas ali, se movimentam num determinado cenário, numa determinada conjuntura, e aí em função dessa movimentação, portanto dessa decisão, que os fenômenos ocorrem. Dessa forma, crises não são crises do senhor capitalismo, não são crises do senhor capital,

mas são crises de decisão, de erros cometidos por pessoas que desejam obter determinada coisa e que não obtém.

Existe um fenômeno. Primeiro, a ideia que estamos em curso, de revolução. Vocês podem caracterizar de natureza conservadora, acho que ainda é muito cedo para se falar, mas certamente é uma transformação muito significativa. E eu diria, quando utilizei o termo “revolução puritana”, para usar a interpretação dos eventos atuais, não é exatamente minha, é do Werneck Viana, um cientista político da PUC do Rio de Janeiro. E eu diria que tem um componente a mais. Por exemplo, o Josênio e a Alba interpretam o judiciário brasileiro e a movimentação que existe no judiciário hoje como se fosse um sintoma, como se fosse um reflexo de algo que está passando fora daqui. O que ocorre com o judiciário brasileiro, o que ocorreu com o Estado brasileiro nessa última década? Tivemos uma abertura enorme de determinadas instituições. Basicamente, estamos falando de Ministério Público e Polícia Federal. O Estado se aparelhou de uma forma intensa nunca vista antes neste país, como muitos gostam de dizer. Só que o Estado passou a ser muito mais institucionalizado. Nessa institucionalização, você tem um problema, para alguns. Na verdade não tem que ser visto como um problema. O que ocorreu: recrutamento de filhos de classe média que estudaram, estudaram muito, e passaram nesses concursos muito competitivos. Essas pessoas, se alguém aqui já teve algum contato com alguém do Ministério Público, vai ter a seguinte caracterização: são pessoas jovens. Eles não têm, vamos dizer assim, nenhum traquejo, nenhum interesse com a política partidária... O único critério de decisão deles é a lei. Não conhecem outro critério. O que ocorre? Os agentes políticos reais do sistema político brasileiro sempre funcionaram na lei; e uma adaptação da lei. Significa: você tem que lidar com os atores reais, e esses atores reais envergam, vez por outra, a lei. O

que significa dizer que uma dose muito considerável – às vezes aumentava muito, às vezes diminuía – da corrupção era necessária para que o sistema político brasileiro funcionasse. Sempre funcionou com essa dose. Qual é a novidade agora? O Ministério Público não é aparelho do Estado, não é defensor do governo. É, supostamente, uma instituição, feita pós-1988, de defesa da sociedade contra o governo e, eventualmente, contra algumas ações praticadas dentro do próprio Estado. É uma instituição muito particular. Esta instituição está sendo comandada hoje por esses rapazes. A orientação deles é única e exclusivamente a lei. Estamos no palco tradicional, dispostos, por exemplo, a entrar em negociação, como já disse várias vezes. Se essa crise fosse uma crise de natureza estritamente política, se resolveria através de acordos entre os atores políticos. Ela não chega ao seu fim porque tem essa força que está de fora e atua desestabilizando o sistema. É o império da lei. Esse é que é o problema, é o império da lei que agora está sendo usado "contra o meu governo, com que eu simpatizo". Temos que lidar com o seguinte: qual a dose de corrupção que a sociedade brasileira aceita que componha o seu sistema político para ele funcionar? Essa é a questão que vamos ter que nos deparar. Se ela volta ao seu patamar anterior, o clientelismo volta, os segmentos voltam, tudo volta à sua normalidade. Esse é o problema, esse é um debate que a gente precisa fazer mais adiante. Agora, percebam bem, nós temos visões muito diferentes porque partimos de pressupostos muito diferentes.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dGHuAHznqeE>